

UM FUTURO CONTRUÍDO NO PASSADO: A NECESSÁRIA IMERSÃO NA HISTÓRIA PARA FORMAÇÃO DA MEMÓRIA DA CIÊNCIA DO JORNAL

Alexandro Ribeiro

alexandrotribeiro@gmail.com

Mestre em jornalismo e professor dos cursos
de Jornalismo e Publicidade do
Centro Universitário Internacional (Uninter)

DOI: 10.21882/ruc.v8i15.850

Recebido em: 21/11/2020

Aceito em: 21/11/20

147

*A FUTURE BUILT IN THE PAST: THE
NECESSARY IMMERSION IN HISTORY
TO FORM THE MEMORY OF THE
NEWSPAPER'S SCIENCE*

Resenha do livro:

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo:** Alemanha, União Soviética e Japão. Florianópolis: Insular, 2017.

O jornalismo como campo autônomo de estudo. Este é um dos desafios lançados nas discussões em programas de pesquisa em jornalismo, como nos pioneiros no Brasil — na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A urgência em se debruçar sobre o jornalismo partindo de um olhar distinto daquele que vinha sendo depositado a partir dos estudos da comunicação parece nova e até estranha a alguns. Não é ponto pacificado na academia, sobretudo para quem não vê interesse em encontrar o jornalismo fora das dependências do campo da comunicação. O que talvez não saibam estes, é que não é nova a perspectiva de debater o jornalismo e sua autonomia.

O empreendimento, que encontra na Alemanha seu berço e principal defensor, vem de antes das incursões estadunidenses sobre a comunicação e seus efeitos sobre a opinião pública. Segue uma corrente de pensamento que surge com preocupações epistemológicas já em 1690, com a primeira tese defendida sobre o jornalismo, realizada pelo alemão Tobias Peucer para a obtenção do título de doutor pela Universidade de Leipzig. Nos 29 parágrafos da tese, intitulada *Relatos jornalísticos*, Peucer traça um paralelo entre história e jornalismo, entendido como uma forma de narrativa histórica do presente, uma vez que “os relatos jornalísticos não costumam escrever tendo em vista a posteridade, senão tendo em vista a curiosidade humana” (PEUCER, 2004 p. 25). Segundo Peucer, as *relationes novellae*, ou relatos jornalísticos, pertencem a uma forma de história que se contrapõe àquela entendida como um fio contínuo dos acontecimentos, “conservando a sucessão precisa dos fatos históricos”. Essa outra forma de história estaria preocupada com as “coisas esparsas”, ela “discorre e resenha em uma determinada ordem os fatos ou as palavras escolhidas e dignas de serem contadas que se extraiu separadamente da narração contínua dos fatos históricos” (PEUCER, 2004 p. 15). De lá para cá, entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, engrossa o filão dos que defendem a necessidade de se consolidar a Ciência do Jornal como um campo autônomo do saber.

Resgatar a história desta defesa, da preocupação dos pesquisadores, das nacionalidades que empreenderam pesquisas sobre o jornalismo para além dos manuais práticos empregados nas escolas americanas — que viam na área um ofício sem condições de galgar o status de arena de conhecimento —, é o foco do trabalho iniciado pelo pesquisador Francisco Rüdiger (2017), ao buscar nas referências alemãs, soviéticas e japonesas os registros de um passado que nos ajuda a sustentar a defesa da autonomia do jornalismo no meio científico. O livro *Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão*, publicado em primeira edição em 2017 e recentemente reeditado em versão ampliada, lança um olhar aos primórdios da pesquisa em jornalismo para entender a atualidade e resgatar a importância e o papel do campo científico que hoje, no Brasil, vem sendo desenhado como autônomo.

E o que vem a ser este campo? Responder a tal problema não é o propósito de Rüdiger nessa obra, mas a todo momento isso martela a mente do leitor que, uma vez iniciado na pesquisa em comunicação, percebe um universo diferente sendo gestado, em paralelo às pesquisas em comunicação. O resgate do professor Rüdiger lança luz sobre uma imensa lista de nomes de pesquisadores, além de Otto Groth, cuja obra publicada no Brasil sob o título de *O poder cultural do desconhecido* (2011), se aprofunda em entender o campo de estudo, o objeto e o método da periodística, ou ciência dos jornais; essa que encontraria nas obras de Groth e outros, espaço firme para uma sustentação teórica.

Na obra do pesquisador, um dos vários que se destacaram neste meio século de avanços no campo científico, descobrimos categorias analíticas que sustentam as manifestações do jornalismo, entendido como algo muito além do aparato físico apresentado pelas mídias. As obras culturais, como destaca a abordagem de Groth (2011), estão sustentadas na essência do jornalismo, e não

nas obras que pegamos, que lemos, que folheamos, “emanações ou materializações da sua realidade ideal” (FIDALGO, 2004).

O que destaca tais obras de outras manifestações culturais são as categorias periodicidade — elemento de apreensão imediata que estabelece o eterno retorno do empreendimento jornalístico, e que o faz ultrapassar os limites dos produtos culturais despreocupados com os acontecimentos e suas sequências —; atualidade — que distancia o discurso jornalístico do discurso histórico, e sobretudo dos produtos que se preocupam com previsões—; a universalidade — que denota o caráter amplo e de abrangência de interesses, sendo o mundo, a diversidade de fatos e acontecimentos presentes em cada um dos membros de uma sociedade—; e publicidade — a difusão e amplitude da obra jornalística e dos acontecimentos reportados (RIBEIRO, p. 24).

Oras, o jornal desempenha um papel de orientação do homem na sociedade complexa. Assim, a amplitude do jornal “significa é que tudo o que diga respeito ao homem, que tudo o que se passa no universo, é idealmente objecto da mediação jornalística” (FIDALGO, 2004, p. 270). Com isso, não apenas o jornal dá notoriedade ao acontecimento, por exemplo, mas também um caráter de existência ante um público. Isso garante também ao jornal uma função central nas discussões públicas, elevando-o a um dos elementos chaves para a esfera pública. Aborda Groth em sua obra, “se nós quisermos uma ciência cultural própria dos jornais e das revistas, então nós temos que buscar primeiro esta uniformidade interna específica e depois formular os nossos problemas e conceitos” (2011, p. 34), e não buscar o conteúdo abordado pelas manifestações. Sobre o que o jornal fala, pode ser objeto de estudo de outras áreas, que deixam em segundo plano a ciência do jornal.

Assim, para a periodística, o essencial, “o importante fundamentado, é exclusivamente a ideia, a essência, a natureza das obras

[...] e o que está ligado a isto. É no essencial que ela tem o seu objeto e o seu método próprio, ele fundamenta o sistema dela” (GROTH, 2011, p. 35). A abordagem alemã sobre a ciência do jornal, a publicística ou a periodística de Groth influenciou o cenário acadêmico francês, tcheco, holandês, soviético, austríaco, italiano e japonês. É a partir do levantamento histórico do professor Rüdiger (2017) que percebemos esse pioneirismo alemão, que abriu espaço na academia para enfrentar o jornalismo como um campo autônomo, que busca um objeto e um método, trabalho tão arduamente debatido e aprofundado em *Poder cultural do desconhecido*, obra prima da periodística. Mesmo com divergências sobre a possibilidade do ensino em jornalismo, alguns pensadores do final do século XIX e início do século XX reconheciam a profundidade do jornalismo como um campo de estudo acadêmico e científico. Groth não é o único neste empreendimento, e sabemos disso a partir da contribuição de Rüdiger. Conforme destaca em sua obra, um dos primeiros nomes da academia que abriu espaço para o jornalismo, Oskar Wettstein, iniciou com a realização de seminários com temáticas sobre as práticas, as leis e a história do jornalismo. Logo no começo do século XX, como livre-docente na Universidade de Zurique, Wettstein propunha uma doutrina que partia do pressuposto de que não se ensinava o jornalismo, mas que se poderia estabelecer um campo de estudo do ponto de vista acadêmico e científico. Após estabelecer na universidade a disciplina que passou a fornecer a titulação de doutor, Wettstein publicou em 1914 um dos primeiros trabalhos destacando a epistemologia da sua disciplina, no livro *O estudo do jornal como campo do conhecimento*. Este, inclusive, foi o tema central de um dos principais marcos do campo em termos de evento — o primeiro Congresso de Ciência do Jornal, realizado em 1928 em Colônia. O congresso tinha dois objetivos, legitimar os estudos científicos da imprensa e desenvolver uma cooperação internacional para tal empreendimento. Devido ao potencial de constituição da realidade e de direcionamento das

massas, o jornal deveria, portanto, ter um espaço privilegiado de pesquisa e a constituição de uma nova área do saber. O evento, responsável por estabelecer uma nova agenda que fomentaria a racionalização do método de análise da Zeitungswissenschaft (Ciência dos Jornais), não se limitaria às fronteiras alemãs, mas se espalharia pela Europa e chegaria à Ásia. Ono Hideo, da Universidade de Tóquio, Emil Dovifat, da Universidade de Berlim, Sergei Ingulos e Iuri Bocharov, da Universidade de Moscou, Oskar Buttler, do Governo Tchecoslovaco, Stanislaw Jarkowski, da Universidade de Varsóvia, e Stephen Valot, do Sindicato Nacional dos Jornalistas Franceses, engrossaram a fileira dos congressistas.

Este é um legado histórico que inaugurou as pesquisas do jornalismo não como um produto industrial ou ainda como um conjunto de técnicas, mas como um objeto de estudo científico. Oras, este é um legado evidenciado por Rüdiger na obra ímpar, que se propõe lançar luz, a partir de elementos empíricos, sobre o posto de referência do pensamento da ciência do jornal até o final da II Guerra — em meio ao pensamento comunicacional e a partir dos esforços de estabelecer um campo autônomo na Alemanha, União Soviética e Japão. Na obra, a proposta é reorganizar uma leitura histórica que destaque estes esforços. Afirma Rüdiger que os institutos de Ciência do Jornal não buscavam estabelecer um pensamento prático do jornalismo, ou seja, organizar-se em escolas profissionais, como nos Estados Unidos, mas sim desenvolver uma ciência independente e especializada. O desafio era então entender qual seria esta ciência, qual seria o seu objeto e seu método de estudo, entendendo que o jornalismo não é a prática, mas é “outra coisa que para nele trabalhar” (RÜDIGER, 2017). E este é o cenário que retomamos na atualidade.

No primeiro capítulo, intitulado “Origens do estudo acadêmico do jornalismo e sua proposição como ciência”, Rüdiger faz um resgate histórico para estabelecer as linhas

do que seria a periodística e os esforços teóricos que centram o jornalismo como campo científico. Nele, o pesquisador busca descolar o campo jornalístico da área da comunicação, reforçando a base histórica das pesquisas que se debruçaram, na investigação, sobre a notícia e a publicística.

No segundo capítulo, nomeado “Os estudos de jornalismo e sua teorização como ciência na Alemanha até meados do século 20”, o apanhado histórico dá conta de narrar as abordagens da academia para apresentar o jornalismo como uma disciplina autônoma e como um campo do saber. Primeiro, uma abordagem que não se preocupa em refletir o mercado e as lógicas de produção; em segundo aspecto, o pressuposto de que somente a essência do jornalismo, para além das manifestações palpáveis, poderia dar conta de desenhar o verdadeiro objeto da ciência dos jornais.

No capítulo “O nazismo e a redefinição da ciência do jornal como estudo de meio de liderança”, Rüdiger aborda a forma como o nazismo colocou uma pá de cal sobre a pesquisa em jornalismo, reduzindo a capacidade de renovação intelectual da área, para focar em uma perspectiva funcionalista, como um instrumento de luta. No quarto e no quinto capítulos, Rüdiger aborda a história da pesquisa em jornalismo na União Soviética, a partir da perspectiva comunista. O jornal, bem como o partido, teve espaço central nos debates sobre a revolução e para a ditadura do proletariado.

Oras, o jornal é um instrumento do próprio partido para mobilizar as massas, é uma ferramenta de contestação do poder das elites, um órgão de consciência social. Encerrando o livro com o capítulo “Os primórdios do estudo da imprensa e da teoria do jornalismo no Japão”, o autor destaca as duas fases que marcam as pesquisas sobre a notícia no país asiático, uma antes da II Guerra Mundial, com foco na busca pela categorização e resposta à pergunta sobre o conceito do jorna-

lismo, e a segunda com uma abordagem empírica e menos filosófica, com vistas a propor soluções para problemas práticos. Revista e ampliada, a obra de Francisco Rüdiger é republicada em meio à pandemia, reforçando a necessária discussão sobre as bases históricas que sustentam a luta pela autonomia do jornalismo como um campo do conhecimento.

REFERÊNCIAS

GROTH, Otto. **O poder cultural desenhado: fundamento da Ciência dos Jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FIDALGO, António. **O jornalismo online segundo o modelo de Otto Groth**.

Portugal: Biblioteca Online da Ciência da Comunicação, 2004. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2004.

RIBEIRO, Alexsandro Teixeira. **Jornalismo sindical paranaense: características da produção editorial dos jornais de seis sindicatos de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2016.

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão**. Florianópolis: Insular, 2017.

WETTSTEIN, Oscar. Zeitungskunde als wissenschaftliches Fach. *In: Festgabe zur Einweihung der Neubauten der Universität Zürich*. 18 Apr. 1914. Zürich: Schulthess & Company, 1914.